

RELAÇÕES DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO NUMA COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA: UM ESTUDO DE CASO¹⁵

Ernelo Schallenberger¹⁶
Daliane Rahmeier da Silva¹⁷

RESUMO

A realização do presente estudo objetivou verificar as relações de produção e distribuição numa cooperativa de produção agropecuária, organizada de forma coletiva. Para realizar este estudo realizou-se um estudo de caso, com a intenção de analisar essas relações num ambiente coletivo. Os resultados do estudo de caso demonstraram que o cooperativismo coletivo, concretizado na relação de produção e distribuição, forneceu a base para o desenvolvimento da COPAVI, localizada na região noroeste do Estado do Paraná. Pode-se observar que, a partir de 2002 houve uma grande variação no aumento de produtos e do volume produzido e no que se refere à distribuição, referente ao salário médio das famílias que compõem a cooperativa, verificou-se que está acima da média do mercado paranaense a realização da pesquisa junto à cooperativa conduziu-se pela aceitação das hipóteses formuladas. Por fim, foi possível concluir que a melhoria do padrão de vida dos trabalhadores sócios da cooperativa foi ascendente, apresentando-se como uma das alternativas de sobrevivência para os agricultores. É pertinente considerar que o modelo analisado, a cooperativa de produção agropecuária, apresenta-se como o que tem melhores possibilidades de realizar uma exploração intensiva, podendo proporcionar maior rendimento aos agricultores devido ao volume de produção e da agroindustrialização construída pela cooperativa. Vale ressaltar, porém, que tal forma de organização cooperativa e de otimização do trabalho coletivo só é possível quando as famílias se adequam ao sistema e apresentam o mesmo ideal, pois todos têm os mesmos direitos e o mesmo valor econômico e social.

Palavras-chave: Cooperativas de produção. Organização coletiva. Valorização do trabalho.

ABSTRACT

The accomplishment of the present study aimed at to verify the production relationships and distribution in a cooperative of agricultural production, organized in a collective way. To accomplish this study he/she took place a case study, with the intention of analyzing those relationships in a collective atmosphere. The results of the case study demonstrated that the collective cooperativismo, rendered in the production relationship and distribution, it supplied the base for the development of COPAVI, located in the northwest area of the State of Paraná. It can be observed that, starting from 2002 there was a great variation in the increase of products and of the produced volume and in what he/she refers to the distribution, regarding the medium wage of the families that you/they compose the cooperative, it was verified that is close to above the average of the market paranaense the accomplishment of the research the cooperative behaved for the acceptance of the hypotheses formulated finally, it was possible to conclude that the improvement of the workers partners' of the cooperative standard of living was ascending, coming as one of the survival alternatives for the farmers. It is pertinent to consider that

¹⁵ Esse artigo é parte integrante da dissertação de mestrado da autora, apresentada na apresentada à UNIOESTE, sob o título "Agricultura familiar no contexto do cooperativismo em assentamento rural coletivo: o caso da Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória".

¹⁶ Doutor e m História; Docente do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio e do CCHS da UNIOESTE; Líder do Grupo de Pesquisa Cultura, Fronteiras e Desenvolvimento Regional -UNIOESTE e membro do Grupo de Pesquisa Referências Agrárias - UFF. e-mail: erneldo@uol.com.br.

¹⁷ Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Paraná (UNIOESTE). e-mail: daliane@bol.com.br.

the analyzed model, the cooperative of agricultural production, comes as what has better possibilities to accomplish an intensive exploration, could provide larger income to the farmers due to the production volume and of the agroindustrialização built by the cooperative. It is worth to stand out, however, that such form of cooperative organization and of optimization of the collective work it is only possible when the families are adapted to the system and they present the same ideal, because all have the same rights and the same economical and social value.

Key-words: Production cooperatives. Collective organization. Valorization of the work.

1. INTRODUÇÃO

A Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória (COPAVI) surgiu através do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no mês de janeiro de 1993, inicialmente com 20 famílias que ocuparam a fazenda Santa Maria, localizada no município de Paranacity, noroeste do Estado do Paraná, a 110 km de Maringá.

Em 1994, após quase um ano acampados na fazenda, o INCRA emitiu o título de propriedade da terra, dos 256,52 hectares do assentamento. Os títulos da terra foram auferidos em nome da cooperativa, que, a partir daí, deu início às atividades produtivas, envolvendo as vinte famílias associadas. A cooperativa tem um projeto coletivo, onde os lotes não são divididos, e os títulos são de propriedade coletiva, portanto o patrimônio da cooperativa pertence a todos os associados, nada podendo ser consumido, doado ou vendido por nenhum associado.

Conseguiram, nesse período, instalar algumas estruturas produtivas e de suporte. Os assentados transformaram uma área pequena em lugar de morada e de geração de renda agropecuária para as 20 famílias assentadas.

A dimensão eminentemente política da luta pela terra, demonstrada, especialmente, em ações coletivas envolvendo segmentos diversos dos trabalhadores rurais, tem como base todo um conjunto de relações sociais e econômicas, cuja influência se revela, não apenas nas formas de organização, mas, também, no próprio conteúdo das reivindicações e na natureza do projeto de reforma agrária defendido.

Para Alentejano (1996), a reforma agrária é enfrentada como um processo amplo que deverá compreender todo o campo brasileiro e todas as categorias de agricultores com pouca ou nenhuma terra, visando a uma efetiva reconstrução da sociedade e do campo brasileiro.

Surge, então, o cooperativismo e as dificuldades enfrentadas em iniciativas dessa natureza. Há, no entanto, certo consenso quanto à importância desse tipo de organização, que não é uma opção apenas ideológica ou mais avançada politicamente, mas, antes de tudo, uma determinação decorrente das relações econômicas dominantes (SILVA, 1992).

A necessidade de se conferir caráter empresarial à agricultura, estabelecendo-se elos mais fortes com o mercado, constitui alternativa defendida por estudiosos e, também, por trabalhadores e suas lideranças. E, para se atingir condições de funcionamento adequado, em termos de retorno financeiro e, conseqüentemente, de reprodução, admite-se, como fator indispensável, o investimento em capacitação dos agricultores, visando à organização, bem como à adequação dos mecanismos de manejo agrícola.

De acordo com Fabrini (2001), a proposta de cooperação agrícola dos sem-terra é semelhante a um empreendimento que apresenta inserção mercantil, regras e códigos formais. Concebem a organização associativa como uma saída para a sua manutenção no campo.

Nesta conjuntura, surge a proposta de cooperação agrícola do MST, viabilizada pela CONCRAB, que é uma cooperação agrícola profissionalizada, moderna, empresarial, que tem no elemento associativo/cooperativo o principal instrumento de viabilidade econômica, pois, de um lado, os assentados desenvolvem agricultura essencialmente centrada no núcleo familiar como alicerce de reprodução, e, de outro, verifica-se uma organização da produção agrícola que procura superar o modelo tradicional de agricultura familiar, tendo no trabalho coletivo sua principal alavanca (FABRINI, 2001).

São muito importantes, portanto, as experiências de trabalho coletivo nos assentamentos. Ao contrário de ações individualistas, os agricultores assentados vão desenvolvendo experiências de trabalho associativas sem descartar a importância da participação política e econômica da família.

Esse artigo tem, portanto, como objetivo verificar as relações de produção e distribuição numa cooperativa de produção agropecuária, organizada de forma coletiva. Para realizar este estudo realizou-se um estudo de caso, estudo de caráter descritivo e analítico, do tipo pesquisa qualitativa, mas complementada por elementos de análise quantitativa. Foram realizadas duas visitas à cooperativa. Em cada uma teve-se a intenção de analisar a percepção das forças produtivas e das relações de produção e distribuição, o processo de participação e sua estrutura organizacional.

2. COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA (CPAS)

Entendidas como formas organizativas de cooperação agrícola para os assentamentos, as CPAs foram implantadas como experiências de cooperação no MST a partir de 1989 e despontam como uma forma superior de organização da produção. Na verdade, uma CPA não se diferencia muito de um grupo coletivo ou de uma associação coletiva. O que difere é a personalidade jurídica, porque, ao ser

registrada como uma empresa cooperativa, passa a ser regida pela legislação cooperativista brasileira. De acordo com o MST (2006), as CPAs possuem as seguintes características básicas:

a) **Terra:** Permanece sob controle do coletivo, a não ser a pequena parcela destinada à produção de subsistência de cada associado. Em quase todas as CPAs, o título de propriedade ou concessão de uso da terra permanece em nome do indivíduo, que a passa para o controle da cooperativa. Pode haver titulação da terra em nome da CPA.

b) **Capital:** Todos os investimentos estão sob controle e em nome da CPA. Como a cooperativa tem capital social, este é subdividido em quotas-parte que vão sendo integralizadas na conta de cada associado. A cooperativa controla de outra forma a parte do capital acumulado que se transforma em investimentos, considerados pela legislação como fundos indivisíveis (fundo reserva/FATES). Neste caso, torna-se patrimônio social que não pode ser dividido em casos de dissolução ou desistência.

c) **Trabalho:** A CPA organiza o trabalho em setores, a partir da divisão técnica do trabalho, que é determinada pela atividade econômica desenvolvida e pela capacitação técnica dos associados - trabalhadores. O trabalho é controlado por hora trabalhada e a sua remuneração depende da produção global produzida pela cooperativa.

d) **Planejamento da produção:** Na CPA, os planos de produção (a curto, médio e longo prazo) são centralizados no coletivo. A partir de uma ampla discussão, baseada em estudos técnicos, definem-se as linhas de produção e a ordem de prioridades para serem implantadas.

e) **Moradia:** A CPA, normalmente, organiza a fixação dos seus associados em agrovilas. O esquema de moradia se diferencia, apenas, no tamanho do lote para a construção das casas.

f) **Aspectos legais:** As cooperativas têm que ser legalizadas obrigatoriamente, inclusive com registro na Junta Comercial.

3. COOPERATIVISMO COMO FORMA DE VALORIZAÇÃO DO TRABALHO E DA PRODUÇÃO

Segundo a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB, 1999), cooperar é, em síntese, um modo de organizar e administrar a produção, através da divisão social do trabalho e da autogestão, somando esforços para adquirir e utilizar ferramentas, máquinas, sementes e matrizes de animais para a produção coletiva. A cooperação é uma ferramenta de luta política e social, na

medida em que contribui para a sobrevivência econômica, porque aumenta a produtividade do trabalho, racionaliza o uso dos recursos naturais e humanos e amplia a competitividade dos produtos no mercado.

Para a CONCRAB (1999), a cooperação contribui para melhorar as condições de vida, ao ampliar a possibilidade de acesso aos bens de consumo coletivo, a capacidade das famílias de permanecerem na terra e o desenvolvimento da consciência social. Cooperar é, então, mais do que organizar cooperativas. É, sobretudo, um valor que se transforma em importante recurso para superar as dificuldades decorrentes da insuficiência de políticas públicas, especialmente agrária e agrícola, que possibilitem ao trabalhador rural produzir e reproduzir-se no campo.

Um setor em que o cooperativismo tem grande força é a economia solidária. Singer (1999) define a economia solidária como o conjunto de experiências coletivas de trabalho, produção, comercialização e crédito organizados por princípios solidários, espalhadas por diversas regiões do país e que aparecem sob diversas formas: cooperativas e associações de produtores, empresas autogestionárias, diversas organizações populares urbanas e rurais, entre outras. Desenvolvem principalmente atividades econômicas como: plantio, beneficiamento e comercialização de produtos primários, prestação de serviços.

Segundo Singer (2000), a economia solidária começou a ressurgir, de forma esparsa, na década de 1980, e tomou impulso crescente a partir da segunda metade dos anos 1990. Ela resulta de movimentos sociais que reagem à crise de desemprego em massa, crise que tem seu início em 1981 e se agrava com a abertura do mercado interno às importações, a partir de 1990.

São, portanto, organizações coletivas ou comunitárias em defesa dos indivíduos que se organizam em associações, cooperativas ou empresas de autogestão. O autor aponta que o modo solidário de produção e distribuição parece, à primeira vista, um híbrido entre o capitalismo e a pequena produção de mercadoria. Na realidade, ele constitui uma síntese que supera tanto o capitalismo quanto a pequena produção.

Singer (2000) aponta, como exemplo característico da economia solidária, a cooperativa de produção, cujos princípios organizativos são: posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir; gestão democrática da empresa ou por participação direta ou por representação; repartição da receita líquida entre os cooperadores por critérios aprovados após discussões e negociações entre todos; destinação do excedente anual também por critérios acertados entre todos os cooperadores.

De acordo com Culti (2000), o cooperativismo funciona, portanto, como um sistema e as cooperativas como a unidade econômica e espaço de convívio e transformações.

Consequentemente, a cooperativa, como unidade de produção em que se conjugam o capital, o trabalho, a matéria-prima e a experiência técnica, para processar determinado produto, ou prestar determinado serviço, mostra que a eficiência e a solidariedade podem ser princípios complementares dentro da economia. E a noção de comunidade de trabalho implica a participação de trabalhadores, acionistas e técnicos nas decisões, nos bens e nos riscos da empresa, ou seja, em condições de igualdade.

4. VOLUME DE PRODUÇÃO DA COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA VITÓRIA

Um ano depois da ocupação, os resultados obtidos já mostravam a diferença em relação aos anteriores numa área de 256,52 hectares onde se plantava somente cana-de-açúcar. Segundo a COPAVI, no primeiro ano agrícola 1993/1994, a produção alcançada foi muito baixa, possivelmente, de acordo com os agricultores, devido à degradação do solo causada pela monocultura de cana-de-açúcar. Apesar da incerteza dos recursos com que contavam, foi possível, desde o início, a produção de alimentos suficientes à subsistência dos agricultores, ou seja, para prover as necessidades do consumo familiar.

Quando regularizado o assentamento, em maio de 1994, os cooperados puderam ter direito aos créditos federais direcionados às atividades produtivas, cujo financiamento era procedente do Programa de Crédito Especial da Reforma Agrária (PROCERA).

Segundo dados da Cooperativa, a primeira liberação de crédito aconteceu em julho de 1994 e foi destinada à produção de leite. Cada família tinha direito a acessar R\$15.000,00 (soma dos tetos de crédito, nos valores da época), que estavam divididos da seguinte forma: o Teto I, equivalente a R\$ 7.500,00 por ser assentado e o Teto II, também R\$ 7.500,00 por trabalhar em regime coletivo.

Como a cooperativa é regida pelo sistema coletivo, todo o recurso recebido foi destinado à organização, como forma de investimento comum. Assim, além da produção do leite, deu-se início à criação de aves e de porcos. Aproveitando uma área que produzia somente cana-de-açúcar, deu-se continuidade a este cultivo, buscando, pela agroindustrialização, a agregação de valor à propriedade.

Segundo os cooperados, nos primeiros anos a principal fonte de renda era a venda da cana-de-açúcar *in natura* existente no imóvel e parte dela passou a ser processada em forma de rapadura e melado. Para a fabricação destes derivados, utilizava-se uma pequena moenda e outros utensílios já com bastante tempo de uso. Iniciou-se, também, a produção de hortaliças em estufas e, na área, a plantação de mais mandioca, feijão e milho.

Mesmo comparando a produção do primeiro ano pequena, em relação aos demais, foi importante para garantir a subsistência e a renda monetária, juntamente com as novas culturas, como o leite, os suínos e a mandioca.

Nos anos subsequentes, a produção da cooperativa teve muitos avanços, pois, a partir de 2002, pôde-se observar uma grande variação no aumento de produtos e do volume produzido, visto que se iniciou a fabricação de iogurte, açúcar mascavo, melado de cana, cachaça, e o cultivo da alface, que, da produção horticultora, foi a verdura que teve maior demanda no mercado local.

A Tabela 1 mostra que, em período mais recente, houve uma variação percentual de produção crescente para muitos produtos, pois a cachaça produzida pela cooperativa vem ganhando muitos mercados, inclusive a exportação. Isso representou um aumento de 766,67% no período de 2002 a 2005 em sua produção. Foi um avanço expressivo da cultura.

É importante observar que, tanto o leite como a cana-de-açúcar, e também seus derivados, tiveram aumentos significativos. A única cultura que teve uma queda de produção ao longo dos anos foi a alface, que sofreu um decréscimo de 1,67%, ou seja, queda insignificante mediante o avanço das outras culturas. Pode-se perceber que a produção de leite e derivados assumiu destaque em termos de volume, conforme a tabela analisada.

Tabela 1 - Evolução da Produção Agropecuária da COPAVI

01 - PRODUÇÃO	2002	2003	2004	2005	% Variação da produção
Leite (em litros)	142.222,22	145.555,56	155.789,47	161.052,63	13,24
Iogurte (em litros)	2.300,00	4.150,00	11.240,00	11.630,00	405,65
Açúcar mascavo (kg)	38.000,00	42.000,00	77.000,00	128.000,00	236,84
Melado de cana (kg)	5.200,00	7.800,00	13.700,00	17.950,00	245,19
Cachaça (em litros)	-	1.500,00	6.000,00	13.000,00	766,67
Alface (em pés)	20.400,00	19.800,00	21.650,00	20.060,00	(1,67)
Mandioca (em ton)	5,50	6,80	6,40	7,30	32,73

Fonte: Dados da pesquisa, 2006.

Cabe destacar que a produção de aves e suínos para comercialização foi interrompida em 2002. Somente se produz, atualmente, para o consumo dos associados. Em relação aos derivados de cana-de-açúcar, apesar de ser a atividade mais antiga do assentamento, foi somente a partir de 2002 que ela apresentou o seu faturamento maior que os demais produtos, ficando atrás apenas do leite.

Os assentados revelam um grande grau de conscientização em relação aos métodos de produção. Dia a dia, tentam desenvolver a consciência ambiental em suas tarefas mediante a introdução, no assentamento, de técnicas agroecológicas, procurando eliminar o uso de agrotóxicos e adubos químicos. Segundo os agricultores, estas práticas foram introduzidas por conta da necessidade de preservação da natureza e por imprescindível necessidade de redução dos custos de produção.

A estratégia adotada é reduzir a aquisição de insumos externos a partir do embasamento de que quanto menor a aquisição externa maior percentual de renda ficará no assentamento, já que os preços destes insumos elevam os custos de produção. Para que a cooperativa possa produzir dessa forma, é deliberado como ela deve explorar de maneira sustentável, ao máximo, os recursos internos, evitando, assim, a compra de insumos externos e, desse modo, agregar valor e apropriando-se de soluções para a compra de insumos.

5. FORMAS DE DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DA COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA VITÓRIA

De acordo com Fabrini (2001), a melhoria do padrão de vida dos trabalhadores sem-terra é visível com o assentamento e a conquista da terra. Os assentamentos não estão, contudo, limitados às questões econômicas, pois o trabalhador não tem apenas necessidade de comer, vestir, morar, mas também a necessidade de participação política e democrática, de contrapor-se ao poder e de tomar decisões.

Diante dessa assertiva, podemos afirmar que os grupos coletivos desempenham papel de articuladores dos assentados na busca de recursos, créditos, infra-estrutura, organizações de outros acampamentos e ocupações, além da própria organização produtiva.

A divisão do trabalho e a especialização constituem aspectos importantes para a forma de organização que a COPAVI tem utilizado. A cooperativa insere-se na idéia de que é necessária a formação de uma nova mentalidade, de uma nova ética no trabalho (BERGAMASCO e NORDER, 1996).

Como em outras formas de organização societária, o capital social de uma cooperativa representa os recursos investidos pelos sócios na instituição para a sua associação. Este capital é dividido em quotas-parte, cujo valor unitário não pode ser superior ao salário mínimo vigente no país. A quantidade mínima de quotas-parte a serem subscritas e o valor unitário são estabelecidos no estatuto social da cooperativa.

Atualmente, o investimento total da COPAVI está avaliado em R\$1.020.431,00, dos quais, em recursos próprios, foram investidos R\$ 130.431,00; os obtidos a fundo perdido somam R\$ 199.000,00, e de investimentos em bancos constam R\$ 691.000,00.

Quadro 1. Relação Patrimonial da Cooperativa de Produção Agrícola Vitória, 2006.

Atividades	Valor em R\$
PATRIMÔNIO TOTAL	1.020.431,00
01 - Atividade do leite	300.878,00
02 - Atividade da cana	195.673,00
03 - Atividade da padaria	25.380,00
04 - Horta	17.100,00
05 - Suínos	11.110,00
06 - Aves	4.690,00
07 - Refeitório	25.450,00
08 - Abatedor	11.000,00
09 - Secador de banana	60.000,00
10 - Barracão de máquinas	54.000,00
11 - Barracão do mercado	40.000,00
12 - Fábrica de ração	3.200,00
13 - Ferramentas de uso geral	4.600,00
14 - Tratores	23.000,00
15 - Equipamentos de trator	17.700,00
16 - Veículos	30.000,00
17 - Escritório	10.500,00
18 - Agrovila e centro social	150.500,00
20 - Instalações elétrica e hidráulicas	31.500,00
21 - Viveiro e orquidário	4.150,00

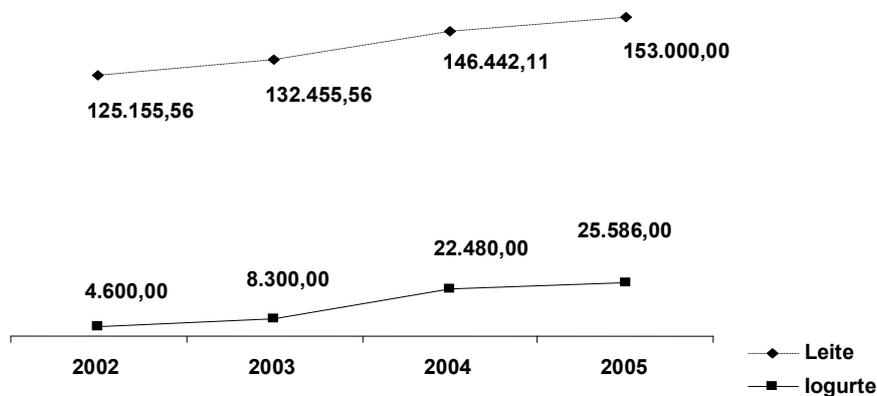
Fonte: Dados da COPAVI, 2006

Conforme demonstra o Quadro 1, a atividade do leite é a que representa o maior investimento patrimonial da cooperativa, pois, segundo os membros da mesma, a pecuária leiteira é a cadeia produtiva de sustentação econômica da COPAVI. As atividades relacionadas a este setor tiveram início desde o período em que as famílias estavam acampadas, em 1992. Atividades que, na época, serviam para fornecer leite para a subsistência e nutrição das famílias, principalmente das crianças.

Outra riqueza da cooperativa, e também com faturamento em evolução, é o setor da atividade da cana, cujos equipamentos estão avaliados em R\$ 195.673,00. Outro setor de importância para o faturamento da cooperativa é a horta, através da qual são comercializadas a alface e a mandioca. Muitas outras qualidades de hortaliças são produzidas para a subsistência dos associados. A atividade horticoltora está avaliada em R\$ 17.100,00. O restante do patrimônio está todo investido em infra-estrutura, como: moradia, refeitório, veículos, barracões, viveiros, além da realização de atividades que servem para a subsistência dos membros da cooperativa.

Atualmente a COPAVI conta com um plantel de 145 cabeças de gado, e a atividade leiteira conta com uma infra-estrutura de caixa d'água, depósito, caixa de depósito, pasteurizador e embaladeira, equipamentos utilizados para a produção de leite pasteurizado, iogurte e outros produtos, os quais, além de abastecer o consumo interno da cooperativa, são comercializados no município local e em outros, vizinhos a ele. Essa prática, no ano de 2005, gerou um valor de venda aproximado de R\$ 153.000,00, conforme mostra o gráfico abaixo.

Gráfico 1. Evolução (R\$) da Atividade Leiteira

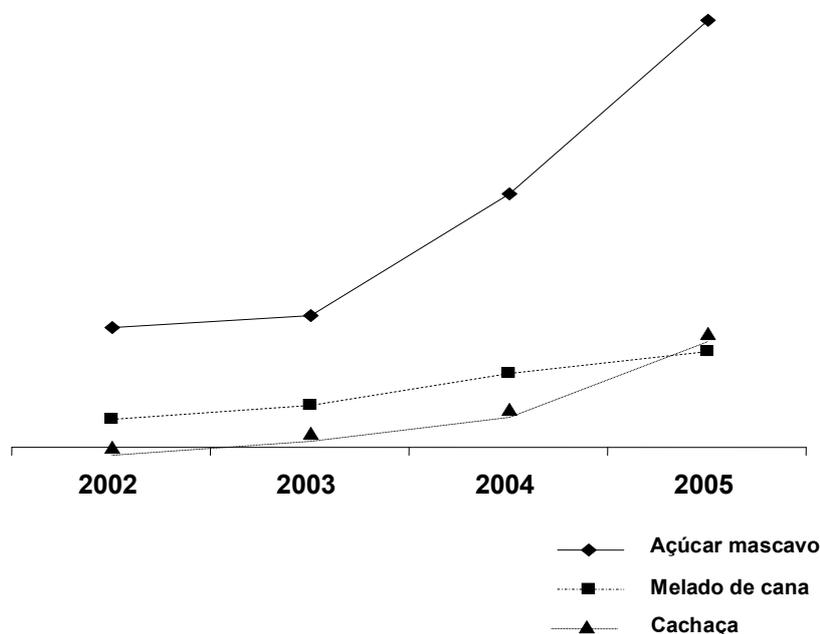


Fonte: Dados da COPAVI, 2006

O gráfico 1 mostra claramente que a atividade leiteira é um fator que vem demonstrando grande crescimento nos últimos anos. Essa atividade representou um aumento de faturamento de 26,24% ao longo do período analisado. O iogurte, que é um derivado do leite, também é responsável por parte do faturamento da cooperativa, e seus valores de comercialização mostram que, do período de

2002/2003 para 2004, houve um grande salto de comercialização, pois seu volume de vendas aumentou em 74,26% e continuou em crescimento até o ano de 2005, quando se observou uma evolução de 13,8%. A atividade é, portanto, de extrema importância, quando se refere à agregação de valor nas atividades desenvolvidas pela cooperativa.

Gráfico 2. Evolução (R\$) da atividade da cana



Fonte: Dados da COPAVI, 2006

Atualmente a atividade da cana é responsável pela maior parte do faturamento da cooperativa, ou seja, o setor canavieiro apresenta-se como principal setor econômico da cooperativa. Dentre os três produtos derivados da cana que são comercializados, somou-se, em 2005, um montante de R\$ 213.670,00.

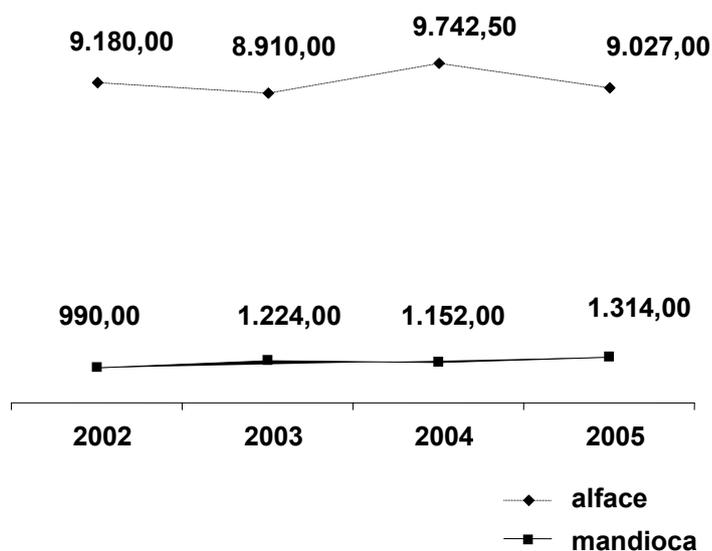
Segundo os membros da cooperativa, o setor canavieiro é uma das cadeias produtivas melhor desenvolvidas pela COPAVI. Após a queima, a colheita e a comercialização da cana que estava na área quando ocorreu o assentamento,

iniciou-se o cultivo planejado para a implementação da indústria de processamento da cana.

Outra atividade responsável pelo faturamento da cooperativa é a comercialização da alface e da mandioca, que respondeu por R\$ 9.027,00 no ano de 2005, conforme mostra o gráfico 3.

A cadeia produtiva da horticultura teve início no período do acampamento quando o principal objetivo da atividade era ser sinal de resistência e fixação na terra e, também, da subsistência dos associados. Tal produção era realizada nas proximidades do acampamento e os produtos eram destinados para o consumo, e o excedente, comercializado na feira do mercado local.

Gráfico 3. Evolução (R\$) da atividade da horta



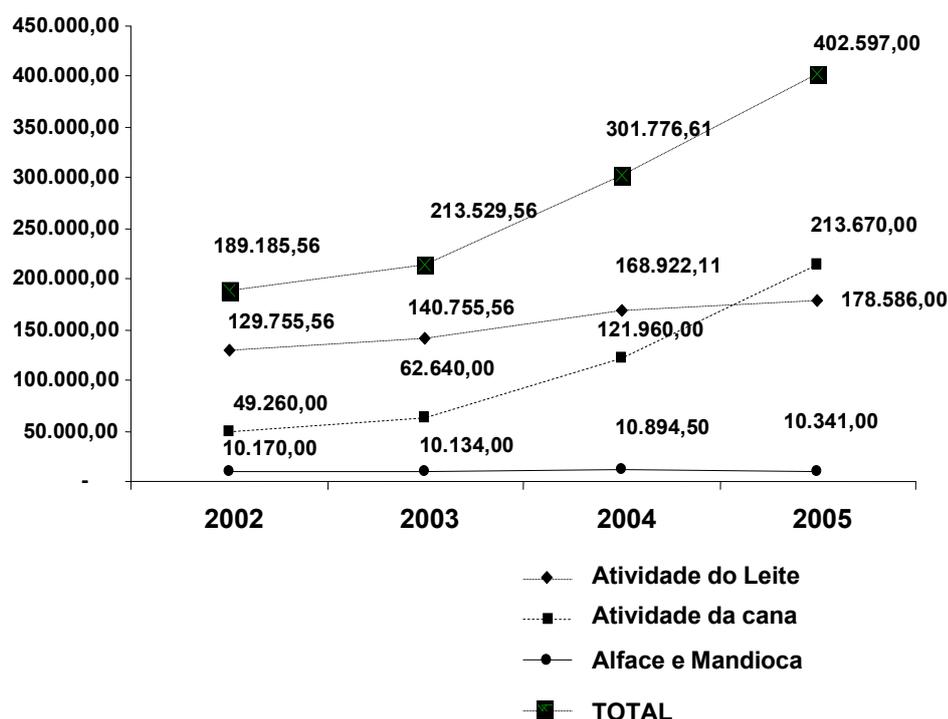
Fonte: Dados da COPAVI, 2006

Atualmente, o excedente comercializado pela cooperativa é a alface e a mandioca, culturas que, mesmo com um valor total comercializado bem menor que as culturas do leite e da cana, também são responsáveis por parte do faturamento da cooperativa.

O Gráfico 4 aponta para uma evolução no faturamento da cooperativa. Pode-se observar que a cultura - em ascensão a partir de 2003 - foi a atividade da cana, que atualmente responde pela maior parte do faturamento, seguida da atividade do leite, que, do período de 2004 para 2005, perdeu a liderança sobre o

faturamento para a cultura da cana. A atividade de comercialização da alface e da mandioca não é tão expressiva, porém faz parte da agregação de valor para a comercialização de produtos da cooperativa.

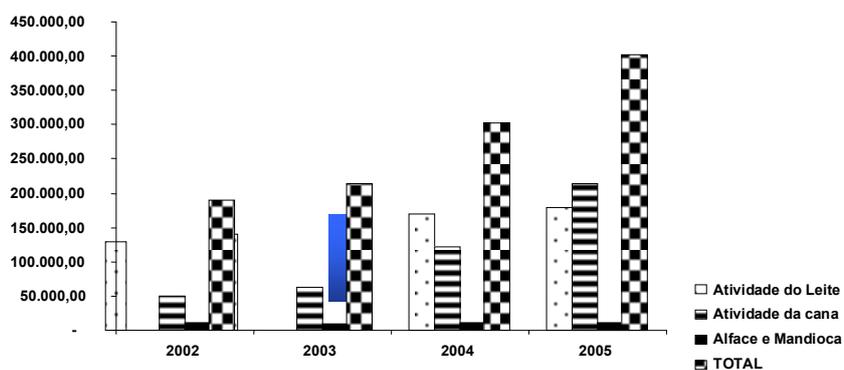
Gráfico 4. Evolução (R\$) das vendas da COPAVI



Fonte: Dados da COPAVI, 2006

Se analisarmos o total das vendas de 2002 a 2005, observamos que a cooperativa atingiu um volume de vendas de R\$ 1.107.088,72 nas três principais culturas comercializadas pela COPAVI. No Gráfico 4, essa evolução está demonstrada por culturas, onde fica claro que o faturamento da cooperativa está em ascensão, e o setor responsável por esse aumento é a agregação de valor produzida pelos derivados da cana.

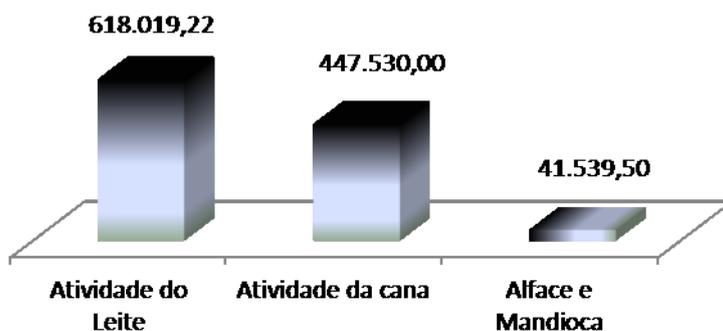
Gráfico 5. Valor das vendas (R\$) no período de 2002 a 2005 da COPAVI



Fonte: Dados da COPAVI, 2006

O Gráfico 5 mostra o valor das vendas de acordo com as culturas, e, mesmo com a atividade da cana no histórico da cooperativa até o ano de 2005, o que gerou maior rentabilidade para a COPAVI foi a cultura do leite, que, nos três anos, gerou uma renda de R\$ 618.019,22, conforme aponta o Gráfico 6, que demonstra o somatório das vendas do período analisado. Ou seja, uma participação de renda de 55% da movimentação financeira da cooperativa.

Gráfico 6. Valor total das vendas (R\$) no período de 2002 a 2005 da COPAVI



Fonte: Dados da COPAVI, 2006

Conforme observado na Tabela 2, a agregação de valor, considerada como a movimentação monetária, devido à agroindustrialização da matéria-prima

realizada na COPAVI, é expressiva. A cana-de-açúcar gerou uma movimentação aproximada de 458%, e a cultura do leite agregou um percentual de 64,1%.

Tabela 2. Valor agregado à produção agropecuária da COPAVI

Matéria-prima (MP)	Receita da venda da MP (R\$)	Derivados	Receita bruta dos derivados	Valor agregado (R\$)
Leite*	67.620,00	Leite, logurte	178.586,00	110.966,00
Cana-de-açúcar**	32.500,00	Açúcar Mascavo, Melado, Cachaça	213.670,00	181.170,00

Fonte: dados da pesquisa

*A produção é de 161 mil litros de leite anual, com preço médio na região de R\$ 0,42/litro.

**A produção média anual de cana-de-açúcar é de 1,3 mil toneladas e o preço *in natura* praticado na região é R\$ 25,00/toneladas.

A agregação de valor permite aos assentados um fluxo regular de renda a partir da combinação e planejamento das vendas desses produtos. Foi graças à construção das agroindústrias que se pôde agregar valor à matéria-prima e intensificar as vendas da COPAVI.

Como a COPAVI possui um caráter coletivo, todos primam pelo desenvolvimento de todos. Quem mora no assentamento tem de cumprir as normas internas de funcionamento estabelecidas no regimento interno. Apesar das diferenças entre os cooperados, existe um objetivo comum e, quando surgem problemas mais sérios de relacionamento, esses problemas são discutidos nos núcleos das famílias. A agregação de valor praticada pelo assentamento está alicerçada na organização da COPAVI, na diversificação das atividades agropecuárias, realizadas de forma agroecológica, na agroindustrialização, associada à inserção no mercado. A agregação de valor, neste caso, acontece em todo o conjunto das atividades, da produção agropecuária à comercialização.

Na tabela abaixo, demonstra-se a evolução das sobras monetárias distribuídas às famílias, que passou de R\$ 59.250,00 em 2002 a R\$ 130.431,00 em 2005. O valor por trabalhador/mês, que era, em 2002, de R\$ 133,44, em 2005 foi, em média, de R\$ 258,79. A distribuição de sobras tem correspondido em média a 32% da receita total no período 2002 a 2005.

Tabela 3.- Receita total da COPAVI, média de trabalhadores, sobras distribuídas e valor da hora trabalhada – 1994 a 2004.

Ano	Receita Total (R\$)	Número médio de trabalhadores	Sobras distribuídas (R\$)	Valor por trabalhador (R\$)	Hora trabalhada (R\$)
2002	189.185,55	37	59.250,00	1.601,35	0,56
2003	213.529,55	39	80.725,00	2.069,87	0,72
2004	301.776,60	38	99.500,00	2.618,42	0,91
2005	402.597,00	42	130.431,00	3.105,50	1,08

Fonte: Dados da COPAVI, 2006.

Somando-se à renda monetária, cada família recebe leite, carne, hortaliças e outros alimentos da produção do assentamento, em quantidade suficiente para o consumo. A quantidade recebida é calculada de acordo com o tamanho da família. Segundo dados da cooperativa, estima-se que o autoconsumo representa 45% do que a família recebe de sobras monetárias mensais.

Neste ano (2006), está sendo distribuído entre os cooperados o valor de R\$ 10.000,00 por mês, como adiantamento das sobras. Fazendo uma conta simples, visto que são 20 famílias, tem-se uma média de R\$500,00 mensais/família, de adiantamento de sobras. No balanço anual com o acerto de sobras, cada família recebe uma média mensal de R\$100,00. Considerando essa média de sobra monetária mensal, o autoconsumo (fora o almoço e café) está em torno de R\$ 225,00 família/mês. Isto tudo somado resulta em torno de R\$ 825,00 de renda familiar mensal.

Tabela 4 - Comparativo da renda dos cooperados da COPAVI com o salário mínimo do Brasil e os rendimentos dos domicílios rurais do Paraná.

Valor salário mínimo brasileiro - 2006	R\$ 350,00
Rendimento monetário e não monetário médio mensal familiar dos domicílios rurais no Brasil*	R\$ 466,28
Valor salário mínimo paranaense - 2006	R\$ 427,00
Renda média mensal da PEA, domicílio urbano no Paraná, 2002**	R\$ 654,00
Renda média mensal da PEA, domicílio rural no Paraná, 2002**	R\$ 287,00
Penda <i>per capita</i> média do Paraná ***	R\$ 321,39
Estimativa de rendimentos das famílias do assentamento (2006) ****	
Renda média monetária: R\$ 500,00	
Renda não-monetária: R\$ 225,00	
Acerto de sobras: R\$ 100,00	R\$ 825,00

Fonte: *IBGE. Pesquisa de orçamentos familiares, 2002/2003

**IBGE. Pesquisa nacional por amostra de domicílios

***PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

**** Dados da Cooperativa de Produção Agroindustrial Vitória.

Segundo o IBGE (2003), em 2003, no Paraná, das 18,79% das pessoas de 10 anos ou mais de idade, economicamente ativas nos domicílios rurais - na semana de referência da pesquisa - 6,21% não tinham rendimento e 10,45% recebiam até três salários mínimos. Apenas 2,04% recebiam mais de três salários mínimos. Comparando a renda do assentamento com os dados apresentados na tabela acima, a renda familiar do assentamento está acima da média dos demais dados analisados.

Considerando o valor do salário mínimo vigente em 2006 no Brasil, que é de R\$ 350,00, teríamos para o ano o valor de 2,35 salários mínimos em média por família da Cooperativa de Produção Agroindustrial - Copavi.

Por fim, conforme afirmam os associados da cooperativa, foram muitos os desafios enfrentados para alcançar o estágio atual, ao longo de todos esses anos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fica perceptível que a cooperativa está focada na possibilidade de encontrar viabilidade para as famílias que a formam, deliberando por adotar caráter empresarial para a agricultura, por meio do qual os elos com o mercado se tornaram mais efetivos, e os recursos para a produção da cooperativa tiveram fluxo corrente maior.

Pode-se observar que, a partir de 2002 houve uma grande variação no aumento de produtos e do volume produzido, sendo o patrimônio da cooperativa estimado, atualmente, em R\$1.020.431,00, patrimônio do qual foram investidos R\$ 130.431,00 de recursos próprios; já os recursos obtidos a fundo perdido somam R\$ 199.000,00, e de investimentos em bancos constam de R\$ 691.000,00.

No que se refere ao salário médio das famílias que compõem a cooperativa, verificou-se que está acima da média do mercado paranaense, pois resultou em torno de R\$ 825,00 de renda familiar mensal, sendo que, no Estado do Paraná, a média de renda mensal urbana é de R\$ 654,00, e da área rural o valor é de R\$ 287,00.

Por fim, é possível concluir que a melhoria do padrão de vida dos trabalhadores sócios da cooperativa foi ascendente, apresentando-se como uma das alternativas de sobrevivência para os agricultores. Ou seja, é uma forma de cooperação coletiva para sobreviver no mercado capitalista.

É pertinente considerar que o modelo analisado, o cooperativismo coletivo, sob a forma de cooperativa de produção agropecuária, apresenta-se como o que tem melhores possibilidades de realizar uma exploração intensiva, podendo

proporcionar maior rendimento aos agricultores devido ao volume de produção e da agroindustrialização construída pela cooperativa, ou seja, essa modalidade de cooperativa busca sucesso no seu empreendimento através da união dos agricultores familiares.

Vale ressaltar, pela observação de campo e pela análise de experiências cooperativistas, que tal forma de organização cooperativa e otimização do trabalho coletivo só é possível quando as famílias se adequarem ao sistema e apresentarem o mesmo ideal, pois, nesse sistema, não há diferenciação entre as pessoas: todos têm os mesmos direitos e o mesmo valor econômico e social

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENTEJANO, P. R. O sentido da reforma agrária no Brasil dos anos 90. Cadernos do CEAS, Salvador, n.166, p. 19-35, nov./dez. 1996.

COPAVI. Regimento Interno. Paranacity. 2002

CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil. A evolução da concepção de cooperação agrícola do MST. São Paulo: CONCRAB/MST, 1999. 39 p. (Cadernos de Cooperação Agrícola)

CULTI, M. N. Sócios do suor: cooperativas de trabalho. In: O mundo do trabalho e a política. Maringá: EDUEM, 2000.

FABRINI, J. E. Assentamentos de trabalhadores sem-terra: experiências e lutas no Paraná. Cascavel: Lgeo, 2001.

MST. Disponível em:<<http://www.mst.org.br/setores/producao/4.htm>>. Acesso em: abr. 2006.

SILVA, A. A. Política social e cooperativas habitacionais. São Paulo: Cortez, 1992.

SINGER, P. A Economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

Singer, P.. Possibilidades da economia solidária no Brasil In: CUT BRASIL. Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT. São Paulo: CUT, 1999. p. 51-60.